

A Trajetória de Berta Gleizer Ribeiro na Antropologia brasileira: repensando margem e centro¹

Isabella Trevine, PPGAA/UFPR

Palavras-chave: Trajetória; etnografia em arquivo; história da antropologia

1. Introdução

Este texto apresenta parte das reflexões desenvolvidas em minha pesquisa de mestrado sobre a trajetória de Berta Gleizer Ribeiro na antropologia brasileira.

Em 1968, Clarice Lispector escreveu em uma de suas crônicas para o Jornal do Brasil: “Quando não estou escrevendo, eu simplesmente não sei como é que se escreve.” E é compreensível que, embora soasse como uma pergunta ingênua, quase infantil, ela quisesse perguntar para um escritor: “como é que se escreve?” Por onde se começa? O que se escolhe dizer? Clarice estava sempre refletindo sobre o quanto de si mesma cabia em suas próprias histórias. Ora, é difícil dar vida a esses seres que não são eu mesma e sair do meu próprio fluxo de consciência. Apesar disso, escrevo.

Mais solta e menos cortante do que de costume, nas crônicas a escrita de Clarice é mais engraçada. Neste mesmo ano, publicou a “Gratidão à máquina”, sobre sua querida companheira dos momentos solitários de escrita, sua máquina de escrever. Segundo Clarice, a máquina tem capacidade de transmitir o que é interno, é leve e faz a escrita correr. Ajuda a autora como pessoa, parece captar sutilezas. O ruído baixo de seu teclado acompanha discretamente a solidão de quem escreve. “Gostaria de dar um presente à minha máquina”, escreve Clarice através da máquina, “Mas o que se pode dar a uma coisa que modestamente se mantém como coisa, sem a pretensão de se tornar humana?”

Lendo essa ode à máquina, de Clarice, lembrei-me de uma carta escrita por Berta Ribeiro em 1957, com a qual tive contato durante meu trabalho de campo para essa pesquisa:

Despeço-me hoje de minha máquina. Trabalhei com você dez anos. 1947 - 1957. Conheces toda a obra do Darcy, todo o conteúdo de minhas cartas. Gostaria de não me separar nunca de você. Adeus maquininha querida. Rio, 14 de novembro de 1957.

Despeço-me hoje de minha máquina. Viajamos juntas, ainda vejo na capa os rombos causados pelos galhos na viagem aos Ofaié. Fiz-te trabalhar noite dia. Talvez descanses mais agora, mas ninguém gostará

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

de você mais do que eu. Conheço todas as tuas manias. Mesmo assim às vezes não te entendo. És Remington Rand, semi-portátil, modelo 5. Que o seu novo dono a trate bem. Precisas de azeite e uma limpeza geral. Quem sabe se o Darcy voltar ao Serviço eu a recupere. Adeus. Gosto muito do seu tipo de teclado e da sua música. (Fundo Berta Ribeiro, Fundação Darcy Ribeiro, Série Vida Privada)

Berta era datilógrafa antes de se tornar antropóloga. A escrita na máquina nunca deixou de ser o centro do seu trabalho, apesar de ter se tornado pesquisadora. Porque continuou sendo editora, revisora, escritora de cartas. A carta de despedida é interessante por alguns motivos. Primeiro, mostra a longevidade do trabalho de Berta: ela faleceu em 1997 e continuou escrevendo até poucos meses antes. A partir do relato na carta, é possível contar, no mínimo, 50 anos de escrita e pesquisa. Segundo, revela uma intimidade com a escrita, seja na indicação de que a Remington datilografou “toda a obra de Darcy”, na menção às marcas sofridas pela máquina durante as viagens que fizeram juntas, e até mesmo na vontade de escrever (e guardar) uma carta de despedida. É uma escrita descontraída, diferente da escrita da antropóloga Berta Ribeiro, parecida com as crônicas de Clarice publicadas no jornal, não apenas em tema, mas também em forma. Diferente também da escrita que encontrei na maioria de suas cartas que, apesar de abundantes e compreensivas, raramente eram escritas com tanto afeto.

Aparentemente, o texto foi reescrito, contando com sua versão mais longa logo abaixo da mais curta. Fico pensando se Berta escreveu a primeira versão e achou que não estava carinhosa o suficiente. Penso também na minúcia das coisas que modestamente se mantêm como coisas, como diria Clarice. A atenção das duas escritoras sobre esse objeto de trabalho carrega essa minúcia e sensibilidade necessária às coisas. Não penso que seja coincidência que o trabalho da vida de Berta tenha sido a cultura material indígena, e aqui estou me dando permissão para procurar na minúcia as amarras que precisam ser dadas para dar conta de uma vida inteira, uma obra vasta.

Melhor seria dizer: não pretendo dar conta da vida inteira de Berta Ribeiro, e sim fazer fazer algo mais alcançável. Desde 2024, ano do centenário de Berta, ano em que seu nome ressurgiu com destaque, e ano em que eu a conheci, coincidentemente, através de uma fotografia de sua juventude, venho me interessando por sua trajetória. Há outros trabalhos sendo feitos, principalmente tendo em vista a comemoração do centenário, trabalhos em que me apoio, também. Neste trabalho, procuro dar conta de fazer essas amarras minuciosas, essas

que têm uma ponta no arquivo pessoal e profissional de Berta, que tive o prazer de conhecer e consultar em 2025, mas que também se prendem, do outro lado, a reflexões sobre a trajetória de vida de Berta, sobre a forma como se fazia Antropologia no Brasil na época de sua atuação e sobre as relações de poder que estão imbricadas na história da Antropologia.

Retomo, então, a inquietação de Clarice. Como é que se escreve? No caso da minha pesquisa, a pergunta poderia ser reformulada: por onde se começa a escrever uma trajetória? Talvez pela mesma atenção aos objetos, aos materiais que levou Clarice a escrever e publicar sobre sua máquina de escrever e Berta a arquivar a sua carta de despedida.

Ao longo deste trabalho, procuro seguir a minúcia inscrita no arquivo. Algumas estão registradas em cartas, manuscritos e fotografias. Outras aparecem nas classificações produzidas por Berta, nos documentos que preservou e nas pessoas com quem trabalhou. São estes vestígios que remetem a relações, escolhas, disputas, afetos e projetos. Escrever sobre sua trajetória implica, portanto, mover-se constantemente entre essas diferentes escalas, acompanhando os sentidos produzidos pela própria Berta para sua experiência e mantendo em vista as redes de relações nas quais esses sentidos foram construídos.

1.1 Notas biográficas e caminhos da pesquisa

Berta Gleizer nasceu na Romênia, em 12 de outubro de 1924, filha de Rosa e Motel Gleizer, e irmã mais nova de Jenny. Em 1929, Motel decidiu se estabelecer no Brasil para depois trazer para cá sua família. Neste período de grande perseguição ao Partido Comunista, declarado ilegal no país, Rosa se viu sozinha e em condições muito difíceis para cuidar de suas duas filhas, o que levou ao fim de sua vida. Berta e Genny ficaram sozinhas até que o pai conseguiu trazê-las para o Rio de Janeiro, em 1932. Nos anos seguintes, a história de Genny se torna enigmática. A jovem foi presa pela polícia do Estado de São Paulo por se organizar politicamente junto ao partido comunista no 1º Congresso da Juventude Proletária e Estudantil em São Paulo. Ela se tornou um símbolo de luta para as mulheres operárias e um mote de reivindicação do PCB, que a transformou num exemplo das arbitrariedades cometidas pelo Estado, atrelando sua liberdade às reivindicações democráticas. Neste período, Motel também é preso e deportado para a Alemanha. Berta fica só, aos 11 anos, vivendo sob uma espécie de tutela do PCB. É então levada a São Paulo, onde aprende datilografia em um curso técnico. Em 1940, aos 16 anos, consegue um emprego e se muda para uma pensão, sozinha.

Aos 22 anos, Berta Gleizer conheceu Darcy Ribeiro, em um comício do Partido Comunista em São Paulo. Neste período, a jovem se juntou ao parceiro, que já era formado

em Antropologia, em uma expedição ao Pantanal mato-grossense em meio aos indígenas Kadiwéu, naquela que viria a ser a sua primeira experiência etnográfica. Em maio de 1948, casaram-se oficialmente. Desde o início de suas carreiras, Berta e Darcy foram grandes colaboradores nas atividades de pesquisa e políticas. Em 1953, Berta se matriculou no curso de Bacharelado em História e Geografia na Universidade do Distrito Federal (atualmente a UERJ) e começou a lecionar para o segundo grau. Também neste ano ingressou como estagiária na Divisão de Antropologia do Museu Nacional e se dedicou de imediato àquilo que viria a fazer grande parte de sua carreira no futuro: classificação dos adornos plumários indígenas.

Seu artigo “Bases para uma classificação dos adornos plumários dos índios do Brasil”, publicado nos Arquivos do Museu Nacional, recebeu em 1957 uma resenha da *American Anthropologist*. Em 1957 também é publicado o livro “Arte Plumária dos Índios Kaapor”, feito em parceria por Berta e Darcy Ribeiro. Em 1956, Berta se tornou oficialmente naturalista na Divisão de Antropologia do Museu Nacional e lá desenvolveu diversas pesquisas e atividades acadêmicas. Durante o tempo em que estiveram casados, segundo relatos próprios e de colegas, Berta datilografou todos os manuscritos de Darcy, além de fazer fichas, pesquisar bibliografia e traduzir para o português os livros em inglês, francês e espanhol para que ele pudesse utilizá-los (CALLADO, 2016).

Após um longo período marcado pelas perseguições e exílios políticos do casal, devido às perseguições do governo militar e à grande atuação de Darcy e Berta Ribeiro em questões políticas de resistência, ambos retornaram para o Brasil. Em 1974, separaram-se. Entre 1977 e 1987, a autora publicou cinco importantes livros: *Diário do Xingu* (1979); *A civilização de palha: a arte do trançado dos índios do Brasil* (1980), sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo; *O índio na história do Brasil* (1983); *A arte do trançado dos índios no Brasil* (1985); *O índio na cultura brasileira* (1987). Neste mesmo período, publicou 28 artigos em revistas especializadas, além de produzir um documentário sobre os Asurini e Araweté, e coordenar três volumes da *Suma etnológica brasileira*, edição atualizada do *Handbook of South American Indians*. Além disso, a autora se faz presente, mais do que nunca, nas reuniões da Associação Brasileira de Antropologia.

Em 1978, Berta Ribeiro conheceu o Alto Rio Negro e entrou em contato com grupos indígenas que ali residiam: os Tukano, Tariana, Hogodene e Desâna, convivendo estreitamente com estes últimos. Estabeleceu uma relação muito próxima com a família Lana, em uma colaboração que duraria até o final de sua vida, e é a mitologia narrada por Umúsin Panlôn Kumu e Tolamãn Kenhíri que a antropóloga datilografou e organizou em forma

literária que criou o livro “Antes o mundo não existia” (1980). A primeira versão deste livro contém uma longa introdução escrita pela antropóloga que tem o mesmo nome do livro publicado posteriormente, em 1995: “Os índios das águas pretas”. Nesta introdução, ela descreve sua participação no processo de escrita, além de explicitar a importância de que os créditos fossem dados inteiramente aos autores indígenas. Berta também organizou uma exposição, em 1980, no Museu Nacional: “Os índios das águas pretas: uma área cultural no noroeste amazônico” e fez o projeto de uma animação: “Gain Pañan e a origem da pupunheira que ele trouxe do invisível mundo dos peixes”, posteriormente realizado na Escola de Comunicação da UFRJ.

Berta Ribeiro produziu bibliografia, organizou exposições e foi pioneira nos estudos de cultura material indígena, e para além dos trabalhos aqui citados, também foi importante autora no campo da ecologia, museologia e arte, refletindo o seu vasto interesse e a amplitude dos caminhos percorridos por ela. Esta breve apresentação de sua biografia e produção bibliográfica tem o intuito de introduzir ao leitor a um panorama geral de sua trajetória. Meu objetivo é entender de que modo o trabalho antropológico de Berta se deu em um contexto específico de produção acadêmica na segunda metade do século XX e a importância da cultura material e dos museus para a antropologia naquele momento, em contraste com anos anteriores e com o momento atual. O que tento delinear ao longo deste trabalho, com base na etnografia realizada no arquivo de Berta, é que sua atuação profissional e a forma como sua produção circulou no meio acadêmico estão ancoradas em um imaginário social fortemente pautado nas relações de gênero.

Não apartada do receio de acabar reafirmando as desigualdades que existiam, e existem, no meio antropológico, penso que é impossível entender completamente o movimento de marginalização teórica - ou ao menos afastamento do centro da produção antropológica - sem levar em consideração as configurações de sua trajetória pessoal. Pesquisar sobre a trajetória de Berta Ribeiro é também entender de que modo sua complexa relação com Darcy Ribeiro se deu, a partir de sua posição como figura pública e pesquisador com uma trajetória também ambígua no campo antropológico.

Aqui, abordo especificamente duas questões que envolvem a trajetória da pesquisadora e que são intrinsecamente ligadas. Primeiro: a atuação de Berta Ribeiro nos estudos de cultura material indígena durante grande parte do século XX, estudos estes que, por um longo período, foram designados a um lugar secundário a partir de dinâmicas específicas da disciplina, como a mudança do *locus* de produção antropológica dos museus etnográficos para as universidades, que por sua vez passaram por uma reforma estrutural a partir dos anos 1960

que aposentou o sistema de cátedras, dando origem aos departamentos e à pós-graduação como a entendemos nos dias de hoje. Esta reforma trouxe também novas perspectivas sobre o que significava fazer antropologia, um estreitamento das relações com as instituições e antropólogos estrangeiros, inclusive com a vinda de diversos deles para ensinar nas universidades brasileiras, instituindo uma nova forma de fazer antropologia e eclipsando (embora não completamente) as perspectivas anteriores. Entre as perspectivas, é importante notar o lugar dos “grandes temas” antropológicos como mito, ritual e parentesco que obtiveram maior destaque a partir da influência francesa no Brasil e cujos pensadores ocuparam os lugares de destaque na antropologia na época.

Em segundo lugar: a trajetória de Berta entrelaça dois dos lugares específicos assumidos pelas mulheres ligadas ao campo intelectual no século passado, a ver: as antropólogas, que construíram suas carreiras de forma “autônoma”, ou seja, fizeram trabalhos de campo extensivos, tiveram importantes contribuições conceituais, participação mais ou menos expressiva nos lugares de reunião e discussão do ofício antropológico, trouxeram contribuições importantes às reflexões metodológicas da disciplina e passaram por processos de marginalização em um campo antropológico constituído principalmente por figuras masculinas; e o lugar das mulheres, companheiras dos antropólogos, que, em uma posição assumida de forma recorrente não apenas no campo antropológico, mas na intelectualidade em geral, organizavam e redigiam os trabalhos, se comunicavam, editavam e faziam grande parte do trabalho de campo em conjunto com seus companheiros, mas assumiam um lugar marginal na esfera pública, tanto dentro das relações no campo como em relação ao prestígio e reconhecimento fora da academia.

Berta, conhecida como Berta Ribeiro graças a seu casamento e relação profissional que se estenderam por décadas com o antropólogo e figura política peculiar Darcy Ribeiro, esteve ao lado de seu companheiro desde muito cedo em sua carreira, frequentou grande parte dos mesmos campos etnográficos e trocou intelectualmente com ele. Produziu uma teoria que ora complementa muito bem as concepções antropológicas de Darcy, ora se distancia justamente naquilo que há de específico nos estudos de cultura material indígena e no lugar que ela assumiu nos museus, em contraposição às grandes teorias sociais e ao projeto político ligado a uma nacionalidade brasileira do companheiro. O próprio Darcy, por sua vez, se distanciava da antropologia produzida a partir dos anos 1960, ligando-se a projetos políticos mais amplos em uma trajetória multifacetada. Pensando na publicidade de ambas as figuras, Berta e Darcy, penso nessa pesquisa como uma constante baliza entre a intimidade e o público em suas trajetórias. A relação entre eles e a relação que Berta estabeleceu com outras antropólogas,

museólogas, bibliotecárias, amigas, reflete, para mim, aquilo que há de mais íntimo e simultaneamente profissional, aquilo que realmente desperta o meu interesse.

A oposição entre particular e público, íntimo e profissional suscita diferentes reflexões sobre gênero como forma de analisar a trajetória, entendendo que as relações de gênero se constituem dentro do campo intelectual, balizando a forma como as antropólogas fazem seu trabalho de campo, se colocam em departamentos/instituições específicas, pensam sobre a antropologia. É impossível pensar na história da antropologia no Brasil e não olhar para as relações de poder dentro da academia e aquilo que elas suscitam em termos de memória, prestígio e renome. Por outro lado, a produção de Berta assume seu papel (ora marginalizado, ora central) no campo e se assenta como uma teoria importante, política e que deve ser valorizada, independente das constrições sofridas por conta de seu papel como esposa e como mulher dentro da academia.

Em sua reflexão sobre gênero na antropologia, Mariza Corrêa (1995) demonstra como os mecanismos de nomeação funcionam como dispositivos sociais que produzem e naturalizam desigualdades entre homens e mulheres, revelando a dimensão *imaginária* e construída do gênero. Sua análise permite pensar o gênero como prática social situada, vinculada a processos históricos de apagamento e desqualificação. Ela argumenta que a antropologia, ao descrever modos de ser de outras sociedades, oferece um espelho crítico para refletir sobre nossas próprias formas de opressão, mas também sobre os limites das identidades fixas como base de luta política.

Não é de estranhar – a descrição dos modos de ser de outras sociedades sempre fez com que acabássemos refletindo sobre nossos modos de ser e à percepção daquela falta/ausência poderíamos então, paradoxalmente, atribuir um ganho de termos de reflexão. Mas se os grupos de conscientização multiplicados pelo feminismo dos anos 60 ajudaram a reforçar uma identidade feminina, acentuando tudo o que havia de comum entre mulheres, percebeu-se em seguida que **a mulher era uma identidade tão ilusória como qualquer outra**. Se a principal característica do mundo no qual vivemos hoje é a fragmentação das identidades e, portanto, a busca por um substrato que lhe dê unidade está de antemão condenada ao fracasso, onde ancorar lutas afins? Porque é de lutas que se trata quando se trata de afirmar uma identidade.(Corrêa, 1995, p. 121, grifos meus).

Muitas antropólogas se colocavam no campo científico como seres ambíguos: ao entrarem em espaços públicos e científicos tradicionalmente masculinos, escapavam da posição natural que lhes era atribuída, a esfera doméstica. Assim, elas eram tratadas como anômalas, como seres de fronteira, seres quiméricos. Essa marca da anomalia aparece tanto no modo como eram renomeadas (perdendo o próprio nome e assumindo o do marido), quanto na forma como eram lembradas apenas como auxiliares ou esposas, mesmo tendo produzido conhecimento antropológico relevante. A “natureza imaginária do gênero” evidencia que o gênero é uma categoria política e relacional, que pode ser usada para manter fronteiras excludentes, mas que também abre brechas para a agência. Ao desafiar essas classificações, as antropólogas forçaram a disciplina a confrontar seus próprios limites. Sua presença no campo, ainda que frequentemente silenciada ou desqualificada, desestabilizou a pretensa universalidade masculina da antropologia e revelou que o fazer científico também é atravessado por disputas de poder, de gênero e de raça.

Trabalhar com uma trajetória significa necessariamente pensar em quais fontes serão acionadas para a pesquisa. Para esta pesquisa, optei por concentrar no campo etnográfico que realizei no arquivo de Berta, que se encontra na Universidade de Brasília junto ao acervo de Darcy Ribeiro, organizado pela Fundação Darcy Ribeiro. O arquivo se constitui de documentos acumulados ao longo de mais de 50 anos e que contêm registros da história recente do Brasil e da América Latina, além de documentos pessoais, como manuscritos, correspondências, fotografias, originais de livros e textos inéditos. O Fundo Berta Ribeiro, organizado em 15 séries, abarca desde sua vida profissional e produção bibliográfica até vida pessoal e fotografias que retratam sua trajetória. Estes documentos foram incorporados ao arquivo de Darcy após o falecimento de Berta em 1997 e a descrição do arquivo foi feita entre 2010-2011.

A constituição e preservação conjunta dos acervos, sob guarda da Fundação, são evidências de que pessoal e profissional mais uma vez se entrelaçam, não apenas pela natureza do conteúdo do arquivo com ambos os tipos de documentos (registros pessoais e profissionais) mas também pela forma como isso se significa ao pensar o casamento e o trabalho conjunto entre ambos.

Durante minha primeira ida ao campo, no Memorial Darcy Ribeiro, me deparei com questões burocráticas e climáticas, que quase impediram que eu realizasse a pesquisa naquela única semana que havia reservado para isso. Brasília é uma cidade quente e seca, e descobri que a semana que eu escolhi para a viagem foi a primeira semana de chuva em muitos meses. Isso significa que as estruturas (do memorial, do apartamento que me hospedei) não estavam

preparadas para receber a água que nos refrescou naquela semana. As goteiras implicam em baldes, panos, correrias, plásticos pretos cobrindo as prateleiras do acervo. Entrando no memorial, ao lado do restaurante “Utopia”, havia um Darcy Ribeiro utópico, feito de papelão, com seus braços abertos, me recebendo. Para além dele, não haviam técnicos responsáveis pelo acervo do memorial, e embora a impressão que eu tive foi de que ele é muito bem visitado e frequentado pela comunidade na área expositiva, a área do acervo é um tanto quanto solitária. As estações de trabalho e as mesas vazias, os computadores antigos e os técnicos arquivistas emprestados do arquivo central da universidade. Lembro de sentir que estava entrando numa casa antiga, guardada pela família, onde os enormes acervos de Berta e Darcy jaziam, guardados como preciosidades, mas, de certa forma, esquecidos.

É claro que a memória de Darcy é frequentemente acionada na UnB, e sua importância é inquestionável. Seu nome está em bibliotecas, auditórios e restaurantes. Berta está em algumas fotos expostas no memorial, “esposa de Darcy Ribeiro, antropóloga” na descrição. Mas os documentos pareciam tristonhos e abandonados, debaixo dos plásticos escuros protetores, protegidos também de minha curiosidade. As reflexões deste primeiro capítulo têm a ver com a materialidade do arquivo, o que significa que a produção do arquivo, sua instalação física e disposição, sua acessibilidade ao público são parte da reflexão, e não apenas obstáculos. É o centro da minha reflexão a seleção inevitável e dupla que acontece na pesquisa, ou seja, aquilo que permanece como sendo acessível sobre a trajetória de Berta a partir da disposição do arquivo é uma seleção, um fragmento de sua vida. A segunda seleção é minha. Aciono minha moviola, procurando em sua trajetória aquilo que me ajuda a entender aspectos até agora nebulosos sobre a história da antropologia brasileira.

1.2 A recuperação contemporânea de Berta Ribeiro

Em 2024 foi comemorado o centenário de Berta Ribeiro, trazendo à tona diversas homenagens e dando mais visibilidade às pesquisas recentes feitas sobre sua contribuição intelectual, trajetória de vida e política. Na Reunião Brasileira de Antropologia daquele ano, aconteceu a mesa redonda denominada “Homenagem pelo Centenário de Nascimento de Berta Ribeiro” à qual estiveram presentes colegas de longa data da antropóloga e estudiosos da cultura material, patrimônio e memória das comunidades indígenas. Para além do momento celebratório de uma grande carreira, busco refletir sobre o que a retomada da trajetória da autora significa para a reflexão sobre a história da antropologia. É possível questionar por quais motivos a marginalização das contribuições intelectuais de Berta Ribeiro

se deu, por um longo período de tempo, e agora assume outros contornos. Este capítulo procura dar contornos metodológicos para a minha pesquisa sobre a trajetória de Berta através de seu arquivo, e para tanto, se torna necessário entender de que forma outras pesquisas sobre a antropóloga tem se construído e o que significa revisitar sua vida e obra. A revisitação atual ao pensamento de Berta é marcada pelo reconhecimento de seu papel como uma “antropóloga do futuro”, cujas pesquisas anteciparam debates que hoje são centrais na disciplina (VAN VELTHEM, 2023).

Parte da produção recente tem enfatizado o caráter pioneiro da pesquisa de Berta Ribeiro no que diz respeito às relações entre humanos e o mundo vegetal. Massaro (2023), ao examinar o lugar das plantas na produção de Berta, argumenta que sua atenção à dimensão vegetal configura um pioneirismo que pode ser relido, atualmente, à luz da chamada “virada vegetal”. Assim, a obra de Berta se aproximaria das formulações contemporâneas da etnografia multiespécie, no que diz respeito à possibilidade de pensar junto a outras formas de vida. Em diálogo com essa interpretação, Rodrigues e Silva (2024) situam a produção de Berta como responsável, em parte, por uma reaproximação teórica entre a Antropologia e a Arqueologia no Brasil. Em um contexto em que a arqueologia brasileira se orientava por um viés crescentemente técnico e a antropologia se afastava do estudo dos objetos, a produção de Berta contribuiu para recolocar a materialidade no centro da análise etnográfica, articulando dimensões técnicas, sociais e simbólicas. A síntese apresentada pela autora em “Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos (1957–1988)” explicita esse projeto ao reunir dados sobre manejo ambiental, etno-história e tecnologia, defendendo o uso de coleções etnográficas como base documental para a interpretação arqueológica. Neste enquadramento, os objetos deixam de ser evidências isoladas para se tornarem índices de sistemas mais amplos de conhecimento.

Entre outras importantes contribuições neste sentido, seus esforços de sistematização e classificação, consolidados em trabalhos como o “Dicionário do Artesanato Indígena”, oferecem um vocabulário técnico e tipológico que impacta a organização de acervos museológicos e a descrição da cultura material, reforçando a atualidade de sua contribuição nesse campo.

Esta ideia de pioneirismo é encontrada também na tese de Bianca Luiza Freire de Castro França (2021), que toma o conceito de “civilização vegetal”, formulado por Berta, como eixo para compreender a amplitude de suas contribuições. Ao acompanhar o tratamento dado pela

autora à cultura material, à flora e às práticas agrícolas, França evidencia um conjunto de preocupações que hoje se articulam aos debates da antropologia ecológica e multiespécie. A noção de TecEconomia e o interesse pelas chamadas “plantas artesanais” aparecem, na tese, como operadores analíticos que permitem compreender formas de manejo e conhecimento ambiental em sua densidade histórica e técnica. A convergência entre essas leituras recentes contribui para situar a obra de Berta Ribeiro em um campo ampliado de interlocução, que ultrapassa os limites das constrições da circulação de sua obra em meados do século passado.

Podemos também revisitar a produção antropológica de Berta Ribeiro à luz de debates contemporâneos sobre decolonialidade e autoria compartilhada. Sua trajetória é mobilizada para evidenciar um deslocamento em relação ao modelo disciplinar que reduzia interlocutores indígenas à condição de informantes, situando-os, em vez disso, como agentes de produção intelectual (VIANA, 2020; MASSARO, 2023). A relação estabelecida em campo aparece como um espaço de elaboração conjunta, no qual a circulação de saberes não se limita à coleta de dados, mas envolve reconhecimento de outras formas de autoria. Esse movimento ganha sua expressão máxima na publicação de “Antes o Mundo Não Existia” (1980), em que há a atribuição integral dos créditos aos indígenas Desana, Umusi Pârökumu (Firmiano Lana) e Tõrãmu Kehiri (Luiz Lana), com o o trabalho de mediação textual e publicação realizado por Berta. A prática de Berta passa, assim, a ser lida em continuidade com agendas contemporâneas voltadas à decolonização do conhecimento e de sua legitimação, em espaços como museus, arquivos e a própria Universidade (FRANÇA, 2021). Nesse sentido, o trabalho intelectual de Berta se aproxima daquilo que vem sendo formulado como antropologia compartilhada, antecipando debates sobre restituição, ética e responsabilidade na pesquisa.

Proponho pensar, neste texto, a retomada contemporânea da trajetória de Berta Ribeiro também através de uma leitura que toma o gênero como eixo analítico para compreender tanto sua inserção institucional quanto os modos de circulação e apagamento de sua produção intelectual. Nesse enquadramento, sua trajetória é situada em um contexto mais amplo de desigualdades que marcaram a presença de mulheres na antropologia ao longo do século XX, no qual a autoria feminina frequentemente estava subordinada à produção masculina. A recorrente identificação de Berta como “a mulher do Darcy” evidencia um processo de invisibilização simbólica que atravessa formas concretas de reconhecimento acadêmico, incluindo a diluição de sua autoria e a perda de centralidade de seu próprio nome (FRANÇA, 2021). A leitura de sua posição como uma figura ambígua dentro do campo científico, ao mesmo tempo participante e marginal, permite compreender como sua produção foi, por

longos períodos, incorporada a narrativas que privilegiavam trajetórias masculinas, contribuindo para a relativa marginalização de sua obra.

Esta assimetria se expressa também na natureza do trabalho que Berta desempenhou ao longo de sua parceria com Darcy Ribeiro, em que atividades fundamentais para a produção intelectual eram frequentemente classificadas como atividades de suporte. A atuação em tarefas como datilografia, tradução, levantamento bibliográfico e organização editorial compunha um conjunto de práticas indispensáveis à consolidação das obras amplamente reconhecidas de Darcy, sem que isso se convertesse em visibilidade equivalente. Ao mesmo tempo, tais atividades se articulavam às expectativas de gênero relacionadas ao cuidado doméstico e à gestão da vida familiar, produzindo uma sobreposição entre trabalho intelectual e trabalho reprodutivo. A documentação disponível, incluindo correspondências e registros institucionais, evidencia como essa divisão operava tanto no cotidiano quanto no reconhecimento externo, situando Berta em uma posição de subordinação profissional que era, ao mesmo tempo, naturalizada e reiterada por seus pares (FRANÇA, 2021).

A materialidade dos arquivos reforça esse quadro, ao inscrever essas desigualdades em instituições que servem à organização da memória. A inserção do acervo de Berta no fundo documental de Darcy Ribeiro parece ter uma continuidade com o fato de sua trajetória institucional ter sido marcada por limitações de acesso a posições de docência e prestígio, apontando para mecanismos de hierarquização que extrapolam sua trajetória individual. Neste sentido, a revisitação atual de sua obra e arquivo permite interrogar os próprios critérios de consagração e legitimidade que orientaram a história da antropologia no Brasil.

1.3 Considerações metodológicas sobre trajetória e arquivo

O estudo de uma trajetória de vida implica compreender de forma mais aprofundada as formas com que os indivíduos se relaciona(ram) com uma rede de pessoas, coisas e instituições à sua volta. Isso poderia ser, e já foi, feito de diferentes maneiras. Pois, se o empreendimento antropológico se dá através de diferentes enquadramentos teórico-metodológicos, o que há em comum entre todos eles é que o pesquisador precisa ajustar seu ponteiro para uma posição de observação específica no espectro indivíduo-sociedade. Entendemos que há perspectivas que privilegiam os sistemas sociais e culturais em uma espécie de determinação da vida social, dão destaque aos padrões e à coerência desse “todo” que é composto de partes. Por outro lado, existem perspectivas que se

concentram na ação dos indivíduos, e nos processos contraditórios que constituem a sociabilidade.

Meu objetivo com a pesquisa sobre a trajetória de Berta é entender o que uma vida em particular pode elucidar sobre todo um campo da antropologia no século XX, no Brasil. Se pudéssemos imaginar esse “contexto” como um sistema cultural cujas regras estão mais ou menos aparentes, cujos membros da cultura se relacionam entre si a partir dos papéis sociais específicos que cumprem, também em relação com uma sociedade mais abrangente, o Brasil da época, poderíamos classificar os acontecimentos como corriqueiros e normais ou como anômalos e excepcionais. Poderíamos pensar, então, que Berta ocupa uma posição de margem no contexto de produção antropológica da época, simplesmente por ser uma mulher em um campo majoritariamente masculino. Mas entendo aqui que estudar uma trajetória implica entender um indivíduo fragmentado, espalhado em diferentes pontos na história, no qual a mudança das estruturas é inevitavelmente um fator. Entendi que minha tendência a pensar em conceitos como “margem” e “centro” como pontos de partida vinha de uma insistência em entender o campo antropológico da época como um sistema em que esses lugares estariam definidos de início na análise. Para expandir essa percepção inicial, é necessário dar um passo para trás e entrar efetivamente na discussão sobre estudos de trajetórias.

Como pensar a individualidade como parte central de uma investigação sobre o social? A proposta deste trabalho parte da compreensão de que trajetórias não são produzidas exclusivamente pelas escolhas dos indivíduos, nem podem ser achatadas e explicadas apenas por processos estruturais. O que interessa observar são as relações estabelecidas entre diferentes atores ao longo do tempo, as possibilidades e limitações produzidas por essas relações e os modos pelos quais elas se articulam a processos históricos mais abrangentes. Nesse sentido, a teoria das *redes de interdependência* de Norbert Elias (1994) oferece um caminho importante para pensar como indivíduos, grupos e instituições se constituem mutuamente em contextos específicos. Elias propõe compreendê-los a partir das configurações que formam entre si, isto é, dos conjuntos de relações nos quais estão em jogo diferentes equilíbrios de poder, interesses, disputas e alianças. Trata-se de uma perspectiva que privilegia a observação das interações concretas e dos vínculos efetivamente estabelecidos pelos atores, mas que permite, ao mesmo tempo, perceber como essas relações são atravessadas por processos que extrapolam a experiência imediata dos indivíduos.

É preciso, agora, colocar em jogo algumas concepções teóricas sobre os estudos de trajetórias, que entendemos, a partir de Guérios (2011) como “as conclusões a que o pesquisador de Ciências Sociais chega a partir do estudo dos materiais obtidos a partir das biografias e das histórias de vida.” (p. 9). Guérios faz um balanço interessante sobre as diferentes perspectivas adotadas nos estudos das trajetórias na história das ciências sociais. Ao recapitular essas perspectivas, aponta para a diferença entre a metodologia de Bertaux e Bourdieu, que continuam ancorando os debates atualmente no campo da discussão. Para Bertaux, as histórias de vida constituem uma via privilegiada para compreender como os sujeitos dão sentido às suas experiências, permitindo que a narrativa se torne não apenas testemunho individual, mas também expressão de processos coletivos. Ao narrar sua vida, o indivíduo organiza fragmentos e acontecimentos de modo a construir sentido para si e para os outros. A perspectiva bourdieusiana alerta contra a “ilusão biográfica”, isto é, a tendência de tomar uma vida como uma unidade linear e coerente, quando, na realidade, ela é atravessada por rupturas, descontinuidades e condicionamentos estruturais. Neste sentido, a trajetória só pode ser compreendida a partir da posição do indivíduo no Campo social, das disposições que conformam seu habitus e das relações objetivas que limitam e possibilitam suas escolhas.

Essa perspectiva também implica uma determinada forma de lidar com os relatos biográficos. Se a trajetória é compreendida como resultado de múltiplas relações de interdependência e dos significados produzidos pelos atores em suas experiências, torna-se necessário considerar os relatos de vida como objetos de análise em si mesmos. Nesse ponto, a crítica proposta por Nathalie Heinich (2010) em torno da chamada “ilusão biográfica” formulada por Pierre Bourdieu, oferece contribuições importantes.

A autora questiona alguns pressupostos presentes no argumento de Bourdieu neste pequeno texto de uma coletânea, que se tornou central no debate. Ela aponta especialmente o tratamento da narrativa biográfica como uma reconstrução artificial da experiência, produzida retrospectivamente pelos sujeitos, “ilusória”, no sentido de que é marcada pela imposição de uma coerência inexistente no curso efetivo da vida. Para Heinich, esse argumento frequentemente resulta em uma confusão entre a biografia enquanto material empírico e a biografia enquanto procedimento metodológico. Mais do que isso, Bourdieu pressupõe que, por serem socialmente construídos, os relatos produzidos pelos indivíduos seriam necessariamente distorções da realidade, que caberia ao pesquisador corrigir por meio da análise. Em sua perspectiva, a fala dos sujeitos aparece subordinada a mecanismos

explicativos exteriores a ela, cabendo ao pesquisador revelar as determinações que permanecem ocultas aos próprios atores.

Em uma perspectiva explicativa, o interesse do pesquisador recai sobre aquilo que o relato encobre ou deforma, e assim a fala do sujeito funciona como um indício, um rastro, das condições sociais que a produziram. A narrativa é um meio para alcançar as estruturas sociais, que existiriam para além daquilo que é efetivamente narrado. A autora argumenta que os relatos biográficos constituem parte da própria realidade social que se pretende investigar. O problema se torna, então, compreender como os sujeitos produzem sentido para suas experiências, como articulam acontecimentos dispersos em uma sequência inteligível e como percebem o conjunto de possibilidades dentro do qual suas ações foram realizadas. Nessa perspectiva, o esforço de conferir coerência à própria trajetória passa a constituir uma questão de pesquisa. O que interessa compreender é justamente como essa coerência é produzida, quais recursos narrativos a tornam possível e quais concepções de si e do mundo ela mobiliza.

A partir dessa cisão entre as duas abordagens, fica evidente que o problema em questão é o da agência dos indivíduos em contraste com uma estrutura social, que se tomada como imóvel e estática pode limitar a forma como entendemos a relação entre os dois níveis de investigação. O que Guérios sugere é que levemos em consideração uma perspectiva que permita percorrer os interstícios dessa dualidade:

(...) percebemos que, justamente por colocar-se à cavaleira em relação à dualidade indivíduo-sociedade, o método de histórias de vida pode oferecer, se levado a cabo com consistência, um bom locus de trabalho em prol desta tarefa [de ajustar as perguntas para contornar os limites na análise]. Ao tomar por foco de estudo a trajetória de uma pessoa nos ambientes sociais de que participa, ao oferecer a oportunidade de questionar como cada sujeito vive ligado a redes de interdependência (Elias 1994) que se estendem além de seu pertencimento social imediato, estes estudos deparam-se frontalmente com a questão da relação entre o individual e o social, entre o pequeno e o grande, entre a parte e o todo. (Guérios, 2011, p. 13)

A microhistória se apresenta como uma alternativa, sendo o empreendimento teórico que se propõe a pensar as histórias de vida a partir de um olhar empírico e evitando fazer ligações abstratas entre a escala micro e macro. As ligações acontecem no nível do

concreto, do acontecimento, em um jogo de escalas que permite observar tanto o “contexto” quanto a trajetória de vida. A microhistória explicaria aquilo que acontece no local, como uma modulação local da grande história que se inscreve em acontecimentos minúsculos. Assim, não caberia ao pesquisador escolher entre uma abordagem macro ou micro para compreender um processo social. A análise em escala reduzida se revela mais elucidativa justamente por captar a complexidade das escolhas individuais, permitindo simultaneamente articular e distinguir os diversos níveis de contexto relevantes para a investigação.

A trajetória de Heitor Villa-Lobos foi revisitada por leituras anteriores que tendiam a reduzir sua obra à expressão de uma suposta “essência brasileira”, operando com abstrações totalizantes que obscureciam a complexidade de suas ações e a relação entre a trajetória individual e seu contexto. Uma análise ancorada em fontes concretas e na reconstrução minuciosa das redes de interdependência, que marcaram sua trajetória em diferentes escalas históricas e sociais, construiria uma outra visão sobre a trajetória de Villa-Lobos. Ao rastrear empiricamente essas conexões familiares, artísticas, institucionais, políticas e mercadológicas, a abordagem microhistórica permite restituir a densidade da trajetória e confrontá-la às dinâmicas macro que estruturam o campo musical e cultural da época.

Em minha pesquisa, a compreensão do arquivo como forma de narrativa do sujeito é fundamental. A discussão sobre trajetórias conduz também a uma reflexão sobre os modos pelos quais os indivíduos organizam suas próprias experiências. A constituição de um arquivo pessoal é entendida, aqui, como um processo de seleção, organização e atribuição de sentido a determinados vestígios do passado. Nesse sentido, Artières (1998) propõe compreender o arquivamento de si como uma prática por meio da qual os sujeitos produzem versões de suas próprias trajetórias, organizando documentos, correspondências, fotografias, manuscritos e outros registros de maneira a conferir inteligibilidade a percursos que, quando vividos, não possuíam necessariamente a coerência que lhes é atribuída retrospectivamente. O arquivo pessoal pode ser pensado, assim, como uma forma de escrita de si que emerge das escolhas envolvidas na preservação, descarte, classificação e ordenação dos documentos. Essa questão merece um aprofundamento específico, mas interessa aqui sobretudo pensar a escrita de si no arquivo.

A etnografia em arquivos tem sido abordada por diferentes autores na Antropologia. Cunha (2004) introduz uma importante perspectiva: aponta que as informações que os arquivos preservam mantêm afinidade com aqueles indivíduos e instituições que os

produziram e que continuam produzindo ao longo do tempo, abrigando marcas da própria produção do arquivo. Assim, estudar o arquivo significa olhar para estas temporalidades múltiplas que estão inscritas em narrativas. A constituição do arquivo, em seu contexto social e simbólico, é então a constituição de uma narrativa. Cunha também faz uma breve reconstituição da história da antropologia como área de interesse para a disciplina, e aponta para as injunções que levaram, nos anos 1980, uma grande quantidade de antropólogos a se voltarem para uma crítica da produção científica da disciplina. As questões políticas e éticas envolvendo a pesquisa de campo indicam o caminho para uma nova área de grande interesse durante essa crise pela qual passou a disciplina.

A autora enfatiza, no entanto, que em muitas dessas pesquisas se naturalizou o arquivo como fonte, como se os dados que nele estão contidos fossem a única informação a se considerar, ignorando os mecanismos de constituição, a natureza dos documentos e a quais instituições e pessoas pertencem. As fontes arquivísticas, não poderiam então ser concebidas como construções prontas, deve-se observar sua organização, diferenciação e hierarquia internas. Neste artigo, ainda, a autora faz uma observação cautelosa, a partir de suas pesquisas no arquivo pessoal da antropóloga estadunidense Ruth Landes (1908-1991), sobre a importância dos arquivos pessoais na antropologia, como um duplo dos arquivos etnográficos. Os arquivos pessoais são construções culturais, e compreendê-los significa entender como certas narrativas sobre as trajetórias profissionais dos antropólogos foram produzidas, e que essa produção resulta de um processo intenso de imaginação e autoridade intelectual.

Os arquivos etnográficos e seu duplo, os arquivos pessoais, são construções culturais cuja compreensão é fundamental para entendermos como certas narrativas profissionais foram produzidas e como sua invenção resulta de um intenso diálogo envolvendo imaginação e autoridade intelectual. Papéis transformados em documentos mantidos em arquivos institucionais revelavam muito mais do que vicissitudes biográficas; revelavam vínculos profissionais, intelectuais e relações de poder de natureza diversa. Para diferentes autores, sua especificidade estaria justamente naquilo que torna a antropologia emblemática no seu constante desejo de subjetivação: os arquivos etnográficos supostamente conservam desejos, projetos por vezes mal sucedidos, de identificar, classificar, descrever o “outro”. (CUNHA, 2004, p. 296)

Segundo a autora, a antropologia possui uma arquivística específica, que se caracteriza pelas tensões epistemológicas entre o que é pessoal e o que é etnográfico. O

material produzido em campo, como as notas, que seriam pessoais, cartas com relatos e reflexões enviadas a colegas, não foram produzidos em primeiro momento como material etnográfico, mas revelam uma linguagem específica dos antropólogos para falar do “outro”, e podem ser utilizadas postumamente como material para futuros antropólogos, constituindo assim uma “etno-história”.

Em dois sentidos as abordagens dos estudos de trajetórias e da etnografia em arquivos se complementam e se tornam essenciais para a minha pesquisa: por um lado, o primeiro permite ter aporte no empírico e nas relações que efetivamente se estabeleceram durante a vida de Berta, ou seja: as redes de interdependência por entre as quais ela se movimentou. Essas redes permitem olhar para o micro como uma modulação específica dos acontecimentos da época, na Antropologia brasileira. Por outro lado, e de forma complementar, a etnografia em arquivos permite pensar sobre a produção dos dados que estão disponíveis para a pesquisa. A produção do arquivo passa tanto por um processo individual de arquivamento de si, tanto por um processo institucional, ligado à Fundação à qual o Acervo pertence e à forma como ele é organizado e disponibilizado.

Referências Bibliográficas:

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- ATHIAS, Renato. Berta Ribeiro no Noroeste Amazônico. *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 76, n. 4, 2024.
- CALLADO, Ana Arruda. Da Bessarábia às margens do Rio Tiquié: a busca por uma família. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, v. 25, n. 3, p. 17-34, set./dez. 2024.
- CORRÊA, Mariza. A natureza imaginária do gênero na história da antropologia. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 113-143, 1995.
- CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias de/nos arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 7-32, 2005.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Navegar no arquivo da ciência. *Revista BBM*, São Paulo, n. 4, p. 22-51, jul./dez. 2022.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Organização de Michael Schröter. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FRANÇA, Bianca Luiza Freire de Castro. Uma civilização vegetal: a contribuição de Berta G. Ribeiro para a antropologia brasileira no século XX. 2023. 424 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2023.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escala. Campos – Revista de Antropologia Social, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 9-29, 2011.

HEINICH, Nathalie. Pour en finir avec « l'illusion biographique ». L'Homme, Paris, n. 195-196, p. 421-430, 2010.

LISPECTOR, Clarice. Gratidão à máquina. In: LISPECTOR, Clarice. Todas as crônicas. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

MASSARO, Tatiana. Berta Ribeiro: enlace de saberes, plantas e antropologia. Mana: Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, e2023022, 2023.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Os feminismos de Mariza Corrêa. Cadernos Pagu, Campinas, n. 54, e185405, 2018.

OITICICA FILHO, Francisco. Berta Ribeiro, mestra por inteiro. Ciência & Cultura, São Paulo, v. 76, n. 4, 2024.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. Topoi – Revista de História, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 429-446, maio/ago. 2017.

RODRIGUES, Igor Moraes Mariano; SILVA, Fabíola Andréa. Diálogo de Berta Ribeiro com a arqueologia e as tecnologias perecíveis. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política, v. 25, n. 3, p. 59-89, set./dez. 2024.

VIANA, Rachel de Almeida. Situando Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997): a construção de um perfil intelectual. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política, v. 25, n. 3, p. 35-58, set./dez. 2024.